

Cardoso, Ciro Flammarion. *O Egito antigo*. São Paulo, Brasiliense, 1982 (Col. "Primeiros Passos").

Res. por Francisco Murari Pires

Departamento de História — FFLCH/USP

Nos estudos consagrados à história da Antiguidade, talvez possam ser distinguidas duas orientações de análise que se apresentam demarcando os polos extremos e opostos de seu leque. De um lado, uma tradição de inspiração "empirista", preocupada, sobretudo, com a determinação, apuração e narrativa dos "fatos que constituem a história", orientação esta que, embora alvo de constantes e intensas críticas nos últimos cinquenta anos, continua a ter boa acolhida junto aos especialistas e eruditos que se dedicam ao estudo da Antiguidade. De outro lado, e almejando definir-se em contraposição e inversão das tendências da primeira corrente, uma vertente de trabalhos com preocupação "teorizante" que se coloca problemáticas mais abrangentes e de proposição conceitual. Neste segundo caso, especialmente reivindicando orientação e inspiração "marxista", aplicam-se o instrumental conceitual e os quadros teóricos elaborados por Marx na sua análise da sociedade capitalista, transpostos e projetados para a explicação das sociedades antigas do mundo ocidental. Aqui, algumas problemáticas e teorizações são particularmente privilegiadas. Uma delas refere-se à "identificação e enquadramento das sociedades antigas na sucessão dos modos de produção", com especial destaque para a polêmica em torno ao "modo de produção asiático". Outra diz respeito à "identificação das classes sociais" constituintes dessas sociedades, articulando-se tal operação de identificação ao tema da "revolução": há que se encontrar na Antiguidade a realização e expressão da luta de classes enquanto processo revolucionário, e sobretudo identificar que classe nessa sociedade é a "revolucionária", capaz de, similarmente ao proletariado na sociedade capitalista, superar pela sua atuação histórica o "modo de produção dominante". Identificado, por exemplo, no segmento escravo tal "classe revolucionária", o passo apologético não se faz tardar: os

procedimentos mitificadores de construção da figura do “herói histórico” da historiografia burguesa marcam igualmente presença só que deslocados para outras “personalidades” (veja-se, por exemplo, a figura de Espártaco em Roma).

É no interior desse quadro de preocupações referentes às orientações e vertentes da historiografia acerca da Antiguidade que pretendemos situar nossa leitura da presente obra de Ciro Flammarion Cardoso (*O Egito Antigo*). Trata-se, antes de mais nada, de um empreendimento que, sem dúvida, encerra enormes dificuldades: dar conta da história do Antigo Egito (cerca de 3 milênios, no recorte proposto pelo Autor), dadas as limitações condicionantes que a sua inserção na coleção a que se destina impõe (dimensão reduzida, proposição de divulgação do saber, preocupações didáticas, intenções polemizadoras, etc.). Requer um esforço de síntese, para dizer o mínimo, hercúleo. Diante de tais dificuldades e embaraços, a saída mais imediata e automática talvez seja (e parece que foi a tomada pelo Autor) a de tratar e analisar alguns tópicos e temas julgados os mais relevantes para o conhecimento do objeto histórico definido. A obra inicia-se, então, por uma rápida discussão da problemática referente à “unificação do reino egípcio”, com o autor refutando a tese da “causalidade hidráulica”. Seguem-se três capítulos preocupados em dar um apanhado geral da civilização egípcia e de sua história (aspectos sócio-econômicos, políticos, culturais, religiosos e artísticos). A obra termina pela colocação de uma nova problemática teorizante referente à “aplicabilidade de modelo Modo de Produção Asiático” para a caracterização da “formação social” correspondente ao “Egito faraônico”: apesar da interrogação formulada em seu título (*Conclusão: “modo de produção asiático”?*), o Autor, após refutar as críticas que tal modelo sofreu de alguns teóricos (o Autor refere: E. Mandel, B. Hindess e P. Hirst, e P. Anderson), responde afirmativamente (“Em suma, o modelo do modo de produção asiático, com alguns retoques necessários, ainda nos parece, entre os disponíveis, o que mais ajuda a entender as articulações internas de uma formação social como a que estudamos neste livro”, p. 108).

Ora, considerando-se a proposição de divulgação do saber a que a coleção *Tudo é História* objetiva atender, o empreendimento torna-se bastante delicado na medida em que corre o risco de, em ampliando o contingente dos depositários desse saber especialmente junto aos agentes de sua transmissão (pensamos, sobretudo, nos professores de ensino secundário), atuar como elemento de cristalização desse saber em conhecimento instituído. Não se trata, aqui, de negar ou de anular nem o valor e nem mesmo essa proposição da coleção, mas tão somente de exercitar a consciência crítica desse risco através de uma proposta de explicitação dos supostos daquela saída imediata e automática a que a obra foi conduzida.

Um primeiro ponto diz respeito aos três capítulos centrais (cerca de 75% do texto), nos quais o discurso do Autor assume marcadamente

uma proposição descritiva. Não se trata, é claro, da ‘narrativa factual’ dos tradicionais manuais de impregnação positivista em que despontam as sequências dos eventos políticos. A obra propõe-se, pelo contrário, definir uma reação contra essa preferência: “Muitas histórias do Egito são, na verdade, quase *exclusivamente* História dos reis egípcios: suas dinastias, batalhas, conquistas, construções e outros feitos... Neste pequeno livro trataremos de *dar atenção suficiente* — nos limites das dimensões reduzidas da obra — às estruturas sócio-econômicas e culturais mais vastas da civilização faraônica, *inclusive* ao abordar a História política” (p. 12, grifos nossos). Obtemos, assim, informações não só sobre as vicissitudes do poder, mas também sobre as técnicas de produção, as atividades artesanais, os componentes sociais, a mentalidade religiosa, as atividades artísticas, etc. Uma questão, todavia, perturbou permanentemente a nossa leitura: que função efetivamente esses capítulos cumprem na constituição da obra? Tal questão remete de imediato para uma outra, esta referente à interação e articulação entre tais informações e as conclusões tiradas no capítulo final? Ora, este capítulo final é dominado pela apresentação das “características essenciais definidoras do modo de produção asiático”, arrolando o Autor 7 delas. Pela análise que fizera nos capítulos anteriores, constata que somente duas (“a causalidade hidráulica” e “a estagnação”) não estão presentes no caso egípcio. Conclui, então, que, feitos “os retoques necessários”, o Egito Antigo “constitui o caso histórico que melhor reflete tal modelo”, constituindo-se, pois, este modelo naquele que “mais ajuda a entender as articulações internas da formação social egípcia”. Ora, a impressão que nos fica é a de que para chegar a tal conclusão, exceção feita aos retoques, não era realmente necessário e imprescindível aquela acumulação de informações apresentadas nos três capítulos anteriores: se a compreensão da história egípcia se reduz à inteligibilidade que o modelo do “modo de produção asiático” lhe projeta, a elaboração desse modelo por Marx prescindiu, é claro, de grande parte das informações, especialmente de natureza arqueológica, de que dispomos atualmente acerca do Egito Antigo, e que o Autor precisamente consagra naquela parte do seu texto.

Ganha intensidade, assim, a impressão de que é a justaposição a instância que preside a constituição da presente obra do Autor, e não antes a mútua determinação entre suas partes, mais especialmente entre aqueles momentos do texto em que o seu discurso assume proposições “descritivas” (referente empírico) ou “teorizantes” (referente conceitual). Precisamente essa impressão de justaposição já nos assaltara durante a leitura daqueles mesmos três capítulos centrais. Tais capítulos respondiam à preocupação de reagir contra a narrativa dos eventos políticos consagrada pelos manuais positivistas. Parece-nos, todavia, que tal reação não conseguiu escapar das características e determinações desses mesmos manuais, contra os quais reagia: o avanço foi o de superar o estatuto de *exclusivi-*

*dade* do político, reduzindo-o ao de *inclusão* ao lado do econômico, do social, e do cultural. As leis da forma e tipo da obra — o manual — continuam a imperar por meio de uma operação de compartimentação e decomposição do objeto (a economia, a sociedade, a política, o pensamento filosófico, a mentalidade religiosa, as atividades artísticas), acarretando a perda da análise das articulações das diversas instâncias que constituem o real, dominando antes a sua mera justaposição. Fica-nos, mais ainda, a dúvida se a categoria do “fato histórico” foi realmente deslocada e superada na construção do objeto, ou se persiste só que sob nova roupagem?

O segundo ponto que despertou nosso interesse diz respeito ao princípio seguido pelo Autor quando se dedica especificamente à narrativa da evolução histórica do “reino egípcio” (*O poder: sinopse da história faraônica*). Trata-se, precisamente, do tradicional e cristalizado esquema de divisão da história egípcia em “reinos” (Antigo, Médio e Novo; períodos intermediários), em que as vicissitudes do poder são seguidas na perspectiva da sua identidade e permanência (momentos de unificação e centralização do reino, e momentos de anarquia e ruptura dinástica). A noção que, parece-nos, preside e funda tal esquema é a de uma suposta “nação egípcia”, de cuja história se dá conta através da perspectiva projetada por aquele esquema. Assim, observa o Autor: “*A identidade política e étnica do país como reino* — ou, mais exatamente, como dois reinos unificados na e pela pessoa do monarca —, em outras palavras e usando um termo algo anacrônico, *a nação egípcia antiga nasceu — e depois renasceu* diversas vezes — da conquista e se conservou por mecanismos religiosos . . . fiscais e militares” (p. 80, grifos nossos). Realmente, é nessa perspectiva e imagem da “nação suposta” que aquele esquema de periodização adquire sentido. Fica-se, assim, com a impressão da “inevitabilidade” do enquadramento nesse esquema periodizante para a compreensão da história egípcia.

Ora, acode-nos à lembrança uma outra ótica de abordagem que, parece-nos, não paga tributos nem a essa imagem da “nação suposta” nem ao seu esquema periodizante. Desenvolvendo uma perspectiva de análise já presente na obra de Gordon Childe (embora, aqui, ela convivesse de forma conflituosa com o “evolucionismo linear” que Childe herdara de Morgan), o prof. Paulo Pereira de Castro (1) parte de uma outra diretriz orientadora no seu enfoque da evolução histórica das sociedades estatais da Idade do Bronze (III e II milênios aC) que não é a da “história das nações antigas”: o papel e função desempenhada nessa evolução pela organização das relações de “tráfico a longa distância”, cobrindo uma

---

(1) — *O tráfico de longa distância na Idade do Bronze*, curso de pós-graduação em História Social, FFLCH/USP, 1977.

extensa área que envolve desde os estados de velha civilização como o Egito e a Mesopotâmia, até as sociedades tribais da Europa Central e Ocidental, com destaque ainda para a área mediterrânica e egípcia como instância de mediação nessas relações. No horizonte dessa ótica, apresentou então formulações altamente sugestivas e penetrantes para a compreensão daqueles momentos de constituição/desagregação do estado faraônico. Precisamente, tais propostas interpretativas enfatizam a atuação das organizações militares encarregadas pelos estados egípcio e mesopotâmico da realização das relações de troca que sua economia solicitava, especialmente no que se refere às suas necessidades de recursos metalíferos. Assim, no caso do estado egípcio, as relações de tráfico são caracterizadas, no transcorrer da Idade do Bronze, por uma progressiva tendência da militarização assumindo aspectos de unilateralidade, com expedições externas promovidas por aquelas necessidades econômicas passando cada vez mais a ficar na dependência dos elementos encarregados da constituição das forças militares que as executam. O prestígio e o poder que os funcionários do faraó encarregados dessas expedições adquirem revela, no interior do Antigo Império Menfita, a gestação e formação de uma verdadeira casta de “chefes de expedição”, a qual terminará por comprometer as próprias bases de poder do faraó. A desagregação do Império Menfita pode ser, então, explicada pela generalização das atividades desses chefes de expedição, com os principais nomarcas assumindo em diferentes ocasiões iniciativas de entendimento com as populações das áreas periféricas onde recrutavam seus contingentes militares, e constituindo, assim, as bases de poder com que se contrapõem ao estado central.

Parece-nos que, na abordagem deste segundo ponto a que nos referimos, Ciro Flammarion Cardoso não atendeu devidamente aos reclamos de ordem metodológica que ele mesmo (conjuntamente com Hector P. Brignoli) elaborara em outra de suas obras (*Os Métodos da História*), quando se propôs analisar a constituição dos conceitos de “modo de produção” e de “formação econômico-social” no interior da tradição marxista. Alertou então para a necessidade que esta tinha de dar conta também das determinações externas: “Sem eliminar o fato de que o autodinamismo das estruturas é de importância primordial, cumpria tentar colocar em termos marxistas *problemas tão essenciais como o dos contatos, ou da circulação cultural, dantes rejeitados sistematicamente em nome da causalidade estrutural interna*” (p. 81, grifos nossos). A suposição da entidade recortada — “a nação egípcia antiga” — abriu espaço, assim, para a atuação novamente de uma operação de compartimentação do objeto histórico, que já presidira a constituição da obra por justaposição de suas partes, especialmente naqueles três capítulos centrais. Ora, é precisamente essa operação de decomposição e fragmentação do objeto a que gera e produz as incompreensões e insuficiência da obra que se tipifica como “manual de história”.